



CIDEEFF

Centro de Investigação
de Direito Europeu,
Económico, Financeiro
e Fiscal

TAX LITIGATION IN PORTUGAL

LEGAL AND EMPIRICAL ASSESSMENTS

3 RESULTADOS SOBRE A LITIGÂNCIA FISCAL NO CAAD

DECISÕES ARBITRAIS PUBLICADAS DE 2016 A 2021

(VALOR DO LITÍGIO ACIMA DE 100 MIL EUROS)

Análise inferencial - Adenda

Prof^ª. Doutora ANA PAULA DOURADO (Coordenadora)

Prof. Doutor NUNO GAROUPA (Investigador)

BRUNO MOUTINHO (Investigador doutorando)

CLAUDIA MARCHETTI DA SILVA (Investigadora doutoranda)



CIDEEFF
Centro de Investigação
de Direito Europeu,
Económico, Financeiro
e Fiscal

TAX LITIGATION IN PORTUGAL

LEGAL AND EMPIRICAL ASSESSMENTS

RESULTADOS SOBRE A LITIGÂNCIA FISCAL NO CAAD

Decisões arbitrais publicadas de 2016 a 2021

(valor do litígio acima de 100 mil euros)

ISBN: 978-989-53795-2-1

Coordenadora | Coordinator

Ana Paula Dourado

Investigador | Researcher

Nuno Garoupa

Investigadores Doutorandos | PhD Students

Bruno Moutinho

Cláudia Marchetti da Silva

Editor | Publisher

CIDEEFF - Centre for Research in

European, Economic, Fiscal and Tax Law

www.cideeff.pt | cideeff@fd.ulisboa.pt

Análise inferencial

Dada uma elevada probabilidade média do contribuinte ganhar e controlando estatisticamente pelas características dos litígios, há três presidentes significativamente mais favoráveis ao contribuinte e não há nenhum presidente significativamente mais favorável à AT.

Esta significância não é explicada por tipologia de impostos, outras características processuais, ano, duração do processo, características sociodemográficas ou valor em disputa. De acordo com os dados, esta significância deve-se ou a características individuais e específicas destes três presidentes ou a variáveis omitidas (que não sabemos quais são).

A importância desta observação depende da forma de escolha do presidente. Se é um processo aleatório, é perfeitamente aceitável e consistente com um processo isento, em média.

Dos dados recolhidos:

- Há 18 presidentes na amostra;
- Em média, a expectativa seria que cada um tem 1/18 da amostra, isto é, cerca de 6% dos processos;
- Contudo como são vários anos (sujeitos a listas distintas) e apenas vemos os processos acima de um certo valor, é normal que haja presidentes razoavelmente acima dos 6% e presidentes razoavelmente abaixo dos 6%. Temos esse mesmo efeito nos números do STA – um grupo bem acima e um grupo bem abaixo da média esperada.
- Por exemplo, há 3 presidentes (D06, D11 e D14) que somam 56% dos processos.
- Os presidentes mais favoráveis ao contribuinte são D08, seguido de D06 e D11. Os restantes não se afastam da média (que é muito favorável ao contribuinte).
- Os presidentes mais favoráveis ao contribuinte (D08, D06 e D11) somam 50% das decisões. Ou seja dos 7 presidentes relevantes (que somam 96% das decisões), os 3 mais favoráveis ao contribuinte somam 50% dos casos enquanto os 4 que estão na média somam 46% das decisões.

Tendo em conta os presidentes disponíveis (segundo o comunicado do CAAD) resulta que:

- O presidente é escolhido de forma aleatória de uma lista mais curta de nomes.
- Se as listas curtas correspondem ao apresentado pelo comunicado do CAAD, os 5 ou 6 juízes que são presidentes há mais anos e sempre elegíveis deveriam ter cerca de 15% cada um. Há vários nomes nessa órbita, mas D06 está muito acima e D01 e D08 muito abaixo (estes últimos não estiveram sempre disponíveis).
- Consequentemente, D06 integraria essa lista curta muito mais frequentemente que outros presidentes.
- Desta forma, os dados recolhidos são consistentes com uma escolha aleatória condicionada a uma lista curta e em que alguns nomes (como D06) se repetem muito mais frequentemente que outros.
- Uma explicação possível é que estes resultados estejam relacionados com a nossa amostra acima dos 100 mil euros, ou seja, que há presidentes com mais processos abaixo dos 100 mil euros e outros presidentes com menos processos abaixo dos 100 mil euros (poderia ser o caso do D06).
- A celeridade não parece ser um fator para alguns árbitros somarem mais decisões do que outros, dados os resultados das regressões com a celeridade como variável dependente.

Tabela de correspondência de códigos

Nos relatórios publicados, com o intuito de proteção da identidade dos árbitros, os nomes foram substituídos por códigos dinâmicos. A tabela a seguir descreve a correspondência entre os códigos atribuídos para os árbitros presidentes em cada capítulo.

Códigos atribuídos nos Capítulos III, IV e V	Códigos atribuídos no Capítulo VI	Número de processos por Presidente	Percentagem de processos por Presidente
D13	D01	68	6,53%
D04	D02	4	0,38%
D15	D03	138	13,26%
D10	D04	5	0,48%
D18	D05	1	0,10%
D02	D06	262	25,17%
D04	D07	134	12,87%
D06	D08	80	7,68%
D12	D09	1	0,10%
D08	D10	1	0,10%
D05	D11	173	16,62%
D01	D12	1	0,10%
D07	D13	18	1,73%
D03	D14	147	14,12%
D11	D15	1	0,10%
D09	D16	2	0,19%
D17	D17	2	0,19%
D14	D18	1	0,10%